

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA- BA

Maria Roberta Rodrigues de Souza

Mifra Angélica Chaves da Costa

RESUMO

Este estudo se debruçou em analisar como é desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Filadélfia pertencente ao estado da Bahia. Teve como problemática o seguinte questionamento: como o Atendimento Educacional Especializado vem sendo desenvolvido no município de Filadélfia–BA? Os autores que embasam este estudo são: Freitas; Araújo Filho (2023); Palma; Carneiro (2018); Carvalho (2016). A pesquisa é de natureza qualitativa e de campo com a realização de entrevista com a coordenadora do setor educacional do município. Verificou-se que o AEE funciona em dez escolas do município e é realizado em salas de recursos de educação especial, sem substituição de turmas comuns. Em algumas instituições escolares do campo, onde não há transporte, o atendimento é realizado no turno escolar regular, sendo este um dos grandes desafios da cidade. Notou-se que entre as atividades do professor do AEE, além de desenvolver recursos para melhorar a acessibilidade dos alunos com deficiência, também deve trabalhar em conjunto com os professores da sala regular, as famílias, a gestão e a comunidade escolar; para que de fato a inclusão ocorra.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Políticas públicas; Educação especial.

Data de submissão dia.mês.ano

Data de aprovação dia.mês.ano

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a educação de pessoas com deficiência foi marcada pela exclusão e abandono. No entanto, o conceito de inclusão escolar surgiu como forma de abordar esta questão, matriculando alunos com diversas deficiências e necessidades educativas específicas (NEE) em escolas regulares, proporcionando-lhes o apoio necessário ao seu percurso de aprendizagem (Valani; Oliveira, 2019). No Brasil, a política educacional exige a presença de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) tanto nas escolas regulares quanto nas instituições especializadas, servindo como um componente crucial para a educação inclusiva em nosso país (Carvalho, 2016).

O AEE abrange uma série de atividades, recursos e medidas de acessibilidade

organizadas institucionalmente e fornecidas continuamente. Serve como apoio complementar para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esse suporte é oferecido em salas de recursos multifuncionais e é limitado em termos de tempo e frequência. Segundo a legislação brasileira, o AEE deve estar integrado à proposta pedagógica da escola, envolver a participação familiar, atender às necessidades específicas dos alunos e estar alinhado com outras políticas públicas (Brasil, 2011).

A escolha da temática foi devido à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora como psicopedagoga no município estudado, a observação de uma lacuna na discussão sobre o funcionamento do AEE em Filadélfia–BA. Destarte, surge o seguinte problema: como o Atendimento Educacional Especializado vem sendo desenvolvido no município de Filadélfia–BA?

Assim, este artigo tem como objetivo geral analisar como ocorre a organização e funcionamento do AEE (Atendimento Educacional Especializado) nas escolas públicas da Filadélfia–BA. Apresenta-se como objetivos específicos: identificar os desafios e possibilidades do Atendimento Educacional Especializado; investigar qual o papel dos profissionais do AEE e compreender a importância do AEE para inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades.

A abordagem é de natureza qualitativa e de campo, por meio de entrevista realizada com a coordenadora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município. Embasada em autores que tratam sobre inclusão como Freitas e Araújo Filho (2023), Palma e Carneiro (2018) e Carvalho (2016).

Assim, o presente artigo encontra-se dividido em introdução, desenvolvimento com a contextualização sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os desafios e viabilidades do Atendimento Educacional Especializado (AEE), seguido da metodologia, resultados e discussões e, por fim, as considerações finais e referências.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Os documentos existentes que respaldam a política de inclusão por meio de serviços especializados são principalmente a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 9394/96), a Resolução n.º 4, de outubro de 2009, e o Decreto n.º 7.611/11

(Brasil, 2011). Com a introdução da Constituição Federal de 1988, surgiu um novo dispositivo na forma do artigo 208. Este artigo aborda a importância da Educação Básica gratuita e obrigatória para indivíduos de 4 a 17 anos. Também é responsabilidade do Estado garantir que as pessoas com deficiência recebam apoio educacional especializado, preferencialmente no sistema regular de ensino. Além disso, os artigos 205º e 206º enfatizam o direito fundamental à educação para todos, promovendo o desenvolvimento holístico dos indivíduos, o exercício da cidadania e a aquisição de competências para o emprego. Estes artigos sublinham a importância da igualdade de oportunidades em termos de acesso e continuação da educação. A busca pela inclusão das pessoas com deficiência tem registrado progressos através dos esforços dos movimentos que defendem a Educação Inclusiva.

Na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96 notavelmente, o Capítulo V desta lei é exclusivamente dedicado à Educação Especial e descreve as principais disposições. De acordo com esta Lei, Educação Especial refere-se a uma modalidade específica de escolaridade ministrada principalmente no sistema de ensino regular e destina-se a alunos com necessidades especiais. Para atender às necessidades específicas dos alunos da Educação Especial, serviços de apoio especializados estarão disponíveis nas escolas regulares quando necessário. Caso os alunos não consigam ser integrados nas turmas do ensino regular devido às suas condições específicas, o atendimento educativo será prestado em turmas, escolas ou serviços especializados distintos.

Já a Resolução n.º 4/2009 define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como o apoio complementar prestado em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados de escolas públicas, ou instituições sem fins lucrativos. Segundo Garcia (2008), os serviços especializados refletem uma perspectiva de escolarização inclusiva que reconhece a importância de identificar barreiras que dificultam o acesso de diversos alunos. O objetivo do trabalho educativo deve ser garantir a igualdade de acesso à educação para todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças.

O AEE atende especificamente alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Na Resolução 4/2009, o artigo 5º define a prestação primária de serviços, que ocorrerá prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da escola ou em outra escola de ensino regular durante o turno reverso de escolaridade. É importante ressaltar que esses serviços não substituem as aulas comuns e também podem ser realizados em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que tenham contrato com a Secretaria de Educação ou órgãos equivalentes. Nos níveis estadual,

federal ou municipal (Brasil, 2009).

Além disso, o artigo 8º garante que os alunos matriculados tanto em turma do ensino regular quanto no AEE serão contabilizados duas vezes no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme determina o Decreto n.º 7.611 de 2011. Vale destacar que o conceito de AEE não é recente, pois a sala de recursos foi instituída na Educação Especial brasileira durante a década de 1970 visando integrar alunos com deficiência ao ensino regular.

Segundo Arnal (2007), a proposta da sala de recursos tem dois objetivos: primeiro, colmatar a lacuna entre a Educação Especial e a integração dos alunos com deficiência, proporcionando um modelo que atendesse às necessidades específicas de cada deficiência; e em segundo lugar, normalizar as condições de escolaridade para indivíduos com capacidades diversas. Porém, naquela época, o serviço educativo prestado nas salas de recursos baseava-se numa prática centrada na deficiência, com foco na integração, num espaço de ensino separado e com instruções específicas adaptadas às capacidades de aprendizagem dos alunos com deficiência (Silva, 2003).

A criação de salas de recursos respondeu à necessidade de apoiar alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais que faziam parte do processo de inclusão escolar. Originalmente, esse serviço estava disponível apenas para alunos das séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, desde então foi ampliado para abranger todos os níveis de escolaridade (Palma; Carneiro, 2018).

Juntamente com as salas de recursos, o governo introduziu o programa de salas de recursos multifuncionais. A sala de recursos multifuncionais (SRM) é um espaço designado equipado com materiais didáticos, ferramentas e profissionais que receberam treinamento especializado para atender às necessidades educacionais únicas dos alunos (Osório; Sardagna, 2020). Seu objetivo principal é fornecer assistência personalizada a alunos com necessidades educacionais específicas temporárias ou permanentes durante sua jornada de aprendizagem. Esta iniciativa foi lançada em 2005 e envolveu a criação de salas equipadas com recursos funcionais e adequados, nomeadamente computadores, impressoras, lupas eletrônicas e dominós tácteis, entre outros.

À semelhança do serviço acima mencionado, nestas salas podem ser realizadas sessões individuais ou em pequenos grupos. O objetivo final é que os alunos se beneficiem dos recursos disponíveis nestes espaços. Para exercer a função de mediador na SRM, o professor deverá possuir formação especializada, como pós-graduação, graduação ou formação continuada em áreas específicas da Educação Especial, conforme determina a Resolução

CNE/CEB n.º 2/2001. A principal tarefa desse profissional é criar e implementar estratégias de aprendizagem que priorizem a aquisição de conhecimentos pelos alunos (Alves, 2006).

Nota-se então que para cumprir o papel de profissional do AEE é imprescindível que o professor possua conhecimentos especializados, que podem ser obtidos por meio de pós-graduação, graduação ou formação continuada em áreas específicas da Educação Especial. Sendo a principal responsabilidade deste profissional é desenvolver e executar abordagens que priorizem a aquisição de conhecimentos pelos estudantes.

2.2 OS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

As atribuições do professor que atua nessas salas estão previstas no artigo 13 da Resolução n.º 4, de outubro de 2009. Essas atribuições incluem: atender às necessidades específicas dos alunos da Educação Especial, identificando, desenvolvendo, produzindo e organizando serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias; criar e implementar um plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a eficácia e praticidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; organizar os serviços oferecidos na sala de recursos multifuncionais, considerando o tipo e a quantidade de alunos; monitorar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade nas salas de aula regulares e demais ambientes escolares; estabelecer parcerias com outros setores para desenvolver estratégias e fornecer recursos de acessibilidade; orientar professores e familiares quanto aos recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos; ensinar e utilizar tecnologia assistiva para aprimorar as habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; articular-se com os professores das salas regulares para garantir a oferta de serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade e estratégias que estimulem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009).

Reconhece-se que as responsabilidades atribuídas aos professores que trabalham na SRM são numerosas, sendo fundamental oferecer formação inicial e continuada para apoiar os professores nesse processo. O Decreto n.º 7.611/11 estabelece disposições sobre educação especial, atenção especializada e outras medidas em 11 artigos. O primeiro artigo enfatiza a obrigação do Estado de proporcionar educação aos indivíduos que necessitam de educação especial e estabelece diretrizes para esse fim. Este decreto, que se baseia nos princípios da educação inclusiva, aborda o apoio e a inclusão de indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares.

Os artigos 2º a 6º do decreto concentram-se no atendimento educacional especializado, para garantir a igualdade de acesso, participação e oportunidades de aprendizagem no ensino regular, é fundamental proporcionar condições adequadas e serviços de apoio especializados e adaptados às necessidades individuais dos alunos. Além disso, é importante integrar as práticas de educação especial nos ambientes de ensino regular e promover o desenvolvimento de recursos didáticos que eliminem barreiras no processo de aprendizagem. E, devem ser envidados esforços para facilitar a continuidade dos estudos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma abordagem abrangente à educação que inclua estes elementos é necessária para satisfazer as necessidades educativas de todos os alunos, independentemente das suas necessidades especiais.

Freitas e Araújo Filho (2023) destacam que há desafios associados à educação inclusiva, que exigem dos professores do AEE uma abordagem proativa na abordagem dos obstáculos que surgem. Isto implica dedicar mais recursos à formação contínua, bem como adquirir tecnologias assistivas e materiais instrucionais.

2.3 OS DESAFIOS E VIABILIDADES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado deverá integrar a proposta pedagógica da escola; envolver a participação da família para garantir o pleno acesso e participação dos alunos; atender às necessidades específicas do público-alvo a que se destina a educação especial, e ser realizada em conjunto com outras políticas públicas, conforme Brasil (2008) este é um enorme desafio. O AEE tem diversas atribuições no ensino de Libras, Braille, tecnologias assistivas e comunicação alternativa. A integração com a família, a gestão escolar e os professores das classes regulares é um dos grandes desafios do Atendimento Educacional Especializado. Essa articulação garantirá resultados no processo de aprendizagem de alunos com deficiência e outros.

No âmbito da Educação Especial, as escolas do campo também devem contar com a oferta do AEE. É o que afirma a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que garante que os processos educativos dos alunos com deficiência, distúrbios globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação contemplem a educação indígena, rural e quilombola. Determina que recursos e serviços educacionais especializados façam parte de projetos pedagógicos (Brasil, 2008).

Apesar de garantida pela legislação, a acessibilidade da Educação Especial no

contexto do campo por meio do AEE ainda apresenta lacunas que influenciam a sua eficácia no ambiente escolar. Isso foi revelado em estudo de Palma e Carneiro (2018), que constataram que as escolas, onde a pesquisa foi realizada não possuíam espaço específico para funcionamento de sua Sala de Recursos Multifuncionais. Entre as escolas que fizeram progressos, como a implementação de um SRM, foram capazes de identificar elementos adicionais que atrasam os casos, incluindo falta de relatórios clínicos, transporte, frequência ao mesmo tempo que a escola nas aulas comuns (Nozu; Bruno, 2021).

Além disso, algumas escolas carecem de Ambientes Educacionais Acessíveis (AEE), levando à substituição de aulas especiais e regulares para os alunos (Anunciação, 2019). Para garantir a verdadeira inclusão e a implementação bem sucedida da AEE, a questão da formação contínua de professores deve ser abordada. Anunciação (2019) destaca casos em que os professores do AEE carecem de formação especializada e de propostas pedagógicas para o AEE. Também há uma falta de coordenação entre os professores da sala regular e os professores do AEE, resultando em impacto positivo mínimo nas experiências de aprendizagem dos alunos com deficiência (Lima, 2021; Lima; Santos, 2023).

2.4 METODOLOGIA

A viabilidade e a confiabilidade da pesquisa científica dependem da observância de procedimentos intelectuais e técnicos. Pela verificabilidade, o conhecimento científico se distingue dos demais tipos de conhecimento ao definir o caminho metodológico adotado pelo pesquisador (Gil, 2008). Nessa perspectiva, Laville e Dionne (1999) enfatizaram que um trabalho rigoroso e métodos apropriados são essenciais para garantir a validade da pesquisa.

Portanto, este estudo adota uma abordagem metodológica adequada ao objeto de pesquisa, o Atendimento Educacional Especializado em Filadélfia, Bahia. Para atingir esse objetivo, optou-se pela utilização de métodos qualitativos, dada a natureza subjetiva do assunto. Na pesquisa qualitativa, o foco está nas palavras e na dinâmica entre o sujeito e o mundo real. Esta pesquisa se configura também como de campo, de acordo com Gil (2002), é o tipo de pesquisa que busca informações diretamente da população pesquisada. O envolvimento neste caso exigiria um encontro mais direto do próprio pesquisador e, portanto, neste caso, torna necessário que o pesquisador se desloque ao espaço onde o fenômeno ocorre (ou ocorreu) e reúna um conjunto de informações que são documentadas.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Filadélfia–BA, com 17.797 habitantes, tendo como principais fontes de renda a agricultura familiar e comércio, distante 358,3 km da

capital, Salvador–BA (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2022)¹. Fazendo parte do lócus de pesquisa o setor da educação inclusiva. Desse modo, foi realizada entrevista com a coordenadora do setor de educação inclusiva da Secretaria de Educação para saber sobre como se dá a organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Filadélfia–BA. Seguindo métodos de pesquisa qualitativa, as entrevistas são essenciais para a coleta de dados por meio de relatos de assuntos (Gil, 2008). As entrevistas proporcionam flexibilidade, permitem maior abertura e proximidade entre entrevistador e entrevistado.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi utilizado um roteiro que continha questões relacionadas ao tema. Segundo Minayo (2001), esse tipo de entrevista proporciona flexibilidade para realizar pesquisas aprofundadas e obter respostas para questões. Após a coleta de dados, foi tabulado o conteúdo das transcrições das entrevistas. Esse conteúdo foi então processado utilizando uma abordagem de análise de conteúdo baseada em Bardin (2011). Essa análise envolve a construção e apresentação de conceitos sobre o objeto de estudo. Bardin (2011) define três etapas na interpretação dos dados coletados: pré-análise, exploração dos materiais e processamento dos resultados. Portanto, após a pré-análise, que incluiu a etapa de seleção e organização do que examinar, passamos a explorar o material por meio de diversas leituras, visando encontrar respostas para as seguintes questões: como se dá o funcionamento do AEE no município? Quais são os recursos utilizados no AEE? Quantas escolas ofertam o AEE? E nas escolas em que não há AEE como é ofertado o atendimento? Qual a formação dos profissionais do AEE? Há cursos de formação para os profissionais do AEE? Quantos alunos são atendidos no AEE?

Durante esse processo, todas as respostas possíveis foram destacadas e codificadas com base na fonte dos dados (entrevistas). Por fim, esses destaques foram codificados, visualizados como unidades de significado, comparados e organizados em categorias e interpretados a literatura pertinente à temática. A seguir, trazemos os resultados da análise dos dados e realizamos algumas discussões para dar respostas às questões de pesquisa. Posteriormente, são apresentadas algumas considerações e introduzidas novas possibilidades de pesquisa.

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/filadelfia.html>.

A entrevista foi realizada no dia cinco de julho de 2024, às 11h, junto a coordenadora J.S.M (utilizou-se as siglas para preservar o nome da entrevistada) do setor de AEE do município, licenciada em pedagogia, com especialização em Educação Especial e Inclusiva. Está como coordenadora do setor da educação inclusiva há oito anos no município, é concursada como professora desde o ano de 2002, em que anterior a esse período atuava professora da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Ao ser inquirida sobre a quantidade de escolas em que há o funcionamento do AEE e o número de alunos atendidos no AEE, a coordenadora respondeu que:

Todas as escolas fornecem o AEE, em que são cinco escolas no campo e seis escolas na zona urbana, totalizando onze escolas, onde os alunos que moram distantes da escola na zona rural e não tem transporte são atendidos no horário regular. Na sala de recursos são atendidos duas vezes na semana com duração de sessenta minutos, um total de 145 estudantes com deficiência e transtornos globais. Não há alunos com altas habilidades/superdotação atendidos no AEE do município.

Nesse sentido, Palma e Carneiro (2018) alertam para a necessidade de políticas públicas que garantam o transporte, de tal forma que os estudantes rurais possam frequentar o AEE no turno inverso, com horários adequados, e sem longas esperas para retornar às suas casas (Palma; Carneiro, 2018). Assim, os sistemas educativos necessitam de mudanças que promovam o acesso ao currículo, estratégias de ensino desenvolvidas com professores especializados em educação especial e ajustamentos físicos e organizacionais baseados nas necessidades dos alunos com deficiência.

Quanto a elaboração e implementação do programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE) a entrevistada afirmou que:

São de responsabilidade dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais, ou nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em conjunto com outros professores do ensino regular, com a participação da família e em coordenação com os demais serviços setoriais como saúde, previdência social, entre outros necessários ao atendimento.

O envolvimento do professor do AEE por si só não é suficiente para uma inclusão bem sucedida. Para promover práticas inclusivas, é essencial que todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos e funcionários, participem e contribuam. Segundo Silva (2006), a comunidade escolar desempenha um papel crucial na formação da cultura escolar. Ao analisar esta perspectiva, Silva (2006) sugere que um ambiente escolar mais democrático levará a uma escola mais inclusiva. A inclusão começa com o acolhimento de todos sem discriminação. Portanto, estabelecer uma cultura de inclusão nas escolas requer

respeito mútuo e compromisso com os princípios democráticos.

Para criar um ambiente escolar inclusivo e que acolha a diversidade, é necessário engajar-se em um processo contínuo de reflexão, ação e crítica ao lado dos profissionais responsáveis pelo processo educativo (Alarcão, 2003). Enfatiza-se a importância do trabalho colaborativo entre não só profissionais da escola, como também parcerias com a saúde e previdência social. Meirieu (2005) ao destacar a necessidade de redefinir a dinâmica dentro do ambiente escolar, promovendo relações fortes não apenas entre professores e alunos, mas também entre todos os indivíduos envolvidos no processo educativo.

Isto implica afastar-se de abordagens individualistas e abraçar uma mentalidade coletiva, onde pensar e trabalhar em conjunto se torna a norma. Ao implementar projetos colaborativos que envolvam e apoiem todos os indivíduos, cria-se ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo e de apoio.

Sasaki (1999) complementa que a família tem um enorme poder e forte influência sobre o comportamento dos indivíduos, em particular através da aprendizagem de diversas formas de existência, da observação do mundo e da formação de suas relações sociais. Há um esforço concentrado entre a escola e a família na resposta a muitas necessidades educativas específicas. Como referência existencial, a família e a escola são apoio ao indivíduo. Quanto maior e mais excelente for a parceria entre estes dois, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do estudante.

Dessa forma, a participação da família é fundamental para que a inclusão realmente ocorra, garantindo não só o acesso, mas a continuidade do aluno no ambiente escolar, trabalhando em conjunto com o professor da sala regular e do AEE, com a coordenação pedagógica e demais funcionários da escola. Quanto à formação dos professores do AEE e realização de formação continuada com os professores do AEE, a entrevistada relatou que:

Ter especialização em psicopedagogia, educação especial e inclusiva ou atendimento educacional especializado; e devem atuar de forma colaborativa com o professor da turma regular para definir estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e sua interação no grupo, orientar o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas aulas comuns, indicar e orientar a utilização de equipamentos e materiais específicos e demais recursos existentes na família e na comunidade. Há também formações mensais que realizo e convido profissionais de áreas como psicologia e fonoaudiologia.

A atuação do professor no AEE serve como base para fomentar a diversidade nas instituições de ensino. Para realizar esta tarefa de forma eficaz, é imperativo, além da formação continuada, a presença de ferramentas, recursos de acessibilidade e materiais

didáticos necessários para eliminar obstáculos e facilitar o processo educacional dos alunos da educação especial. Alves et al. (2006) acrescentam que é importante que os professores do AEE articulem-se com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino seja organizado coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, na elaboração do projeto pedagógico.

Já ao ser questionada sobre os recursos utilizados pelas professoras do AEE, foi relatado que: *“as salas possuem recursos conforme o indicado na resolução 04/2009 como computadores, alfabetos móveis, alfabeto em braile, e outros. As escolas também fornecem recursos que os professores pedem como tesoura, cola, massa de modelar e outros”*. Segundo Lima (2006), as atividades desenvolvidas no AEE necessitam da utilização de recursos didáticos, que devem ser escolhidos conforme a necessidade dos alunos. As atividades realizadas na sala de recursos devem ser adaptadas ao público e devem fazer uso de recursos didáticos como jogos que desenvolvam concentração, criatividade, esquemas de raciocínio, lógica e pensamento, tendo em vista que o AEE não é um reforço escolar e sim busca contribuir no desenvolvimento das habilidades desenvolvimentais e aprendiz dos estudantes.

Dessa forma, a partir das respostas obtidas na entrevista observou-se que o AEE no município de Filadélfia–BA cumpre seu papel buscando uma educação que inclua acesso igualitário à educação especial para todos, possibilitando a participação plena dos alunos, priorizando materiais didáticos e outros benefícios que facilitem a plena participação dos alunos na escola. No entanto, existem muitos desafios que precisam de ser superados, como a ausência de transporte em algumas escolas do campo e o deslocamento de estudantes para outras escolas quando não se faz presente o AEE na instituição de ensino do estudante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo foi possível analisar como se dá o funcionamento do AEE no município de Filadélfia–BA. O objetivo principal foi investigar se o AEE cumpre com sua função, tendo em vista que o debate sobre a inclusão tem se intensificado nos últimos anos, e para alcançar verdadeiramente a inclusão é necessário quebrar o paradigma nos ambientes educacionais e partir da perspectiva da educação para todos e todas.

Notou-se que, apesar de alguns desafios como o atendimento de alguns estudantes do campo com deficiência no horário do ensino regular, o que não é recomendado pela Resolução 04/2009, pois o atendimento deve ocorrer no turno oposto ao ensino regular. O município possui salas de recursos, professores especializados na área, formação continuada,

bem como há a união entre escola, AEE e família dos estudantes. Ressalta-se também a importância da formação de professores por meio da diversidade em sala de aula para que eles sejam continuamente capacitados, preparados e capazes de enfrentar os desafios.

A educação, portanto, é uma ação que exige o comprometimento e o envolvimento das famílias, dos professores da sala regular e do AEE e da gestão escolar. Refletir sobre uma educação inclusiva que seja verdadeiramente qualitativa e não apenas abrangente é uma tarefa árdua e contínua na construção e no desenvolvimento do ensino. Esta missão estende-se também a toda a comunidade escolar. Este trabalho poderá contribuir para pesquisas futuras sobre o papel dos AEE e suas funções.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARNAL, Leila de Sousa Peres. **Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica das salas de recursos**. 2007 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05.06.2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm . Acesso em: 06.06.2024.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1. p. 17.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos . **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/2008.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com pingos nos “is”**. Porto Alegre, Edição nº11, 2016.

GARCIA, Rosalba Maria C. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022: Filadélfia**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/filadelfia.html>. Acesso em: 04.05.2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social: Educação Inclusiva e Igualdade Social**. 2006. ed. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da Escola e da Sala de Aula o fazer e o compreender**. Porto Alegre. Ed Artimed, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OSÓRIO, P. F.; SARDAGNA, H. V. A falta de oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: narrativas dos professores de uma escola pública. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 25, n. 1, p. 61-76, 2020.

PALMA, D. T.; CARNEIRO, R. U. C. Sala de recursos multifuncional em escolas do campo: direito assegurado? **Interfaces da Educação**, v. 9, n. 27, p. 518- 548, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, C. L. **O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva a partir de um enfoque sócio-histórico**. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VALANI, R.; OLIVEIRA, C. L. R. Os desafios da formação e atuação em sala de aula: as perspectivas dos professores em escolas do campo no município de Castelo (ES) diante da educação inclusiva. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 4, n. 8, p. 113-124, jul./dez., 2019

